

# Economic Analysis of Law Review

## Editorial

## Prefácio

Maurício Dalri Timm do Valle  
*Universidade Católica de Brasília*  
Editor

Benjamin Miranda Tabak  
*Fundação Getúlio Vargas-FGV/DF*  
Editor

Hadassah  
*Universidade Católica de Brasília*  
Editora

---

**A**presentamos novo número da *Economic Analysis of Law Review*. Os artigos publicados neste número focam em distintas áreas do Direito e em sua inter-relação com economia, constituindo avanços metodológicos e empíricos na área de Direito e Economia.

A área de Direito e Economia vem crescendo não apenas no Brasil, mas em várias partes do mundo. De um lado, cresce o número de artigos que buscam usar métodos empíricos para avaliar questões eminentemente jurídicas. De outro, o uso de teoria formal, por meio de modelos matemáticos ou estatísticos, permite que se entenda de forma rigorosa como as hipóteses são relevantes para obtenção do resultado. Permite uma maior discussão de como modelos podem ser aprimorados de forma a obter resultados mais alinhados com o que observamos da realidade – seja em termos econômicos seja jurídico.

A área de pesquisa em Análise Econômica do Direito (AED) já trouxe frutos e avanços significativos para o país. Se novas leis são elaboradas usando o paradigma de AED estas devem não apenas ser mais eficazes, mas também gerar menos custos para a sociedade. A interpretação das leis também ganha muito com o uso da AED, pois se permite interpretar o arcabouço jurídico de modo mais elaborado de forma a que se busque uma maior eficiência e avaliar potenciais consequências indesejadas ou não pretendidas.

Algumas áreas ainda carecem de maiores estudos. O uso da psicologia e neurociência na análise que questões jurídicas ainda está na infância, ao menos no Brasil, e mais pesquisa na área é fundamental para o avanço da ciência, não apenas jurídica, mas em geral. A análise econômico-comportamental do Direito vem propiciando avanços nessa direção.

É com grata satisfação que apresentamos nosso novo número que busca contribuir para as discussões na área de Análise Econômica do Direito. Estimulamos novas submissões em linha com a política editorial da revista, que trabalha em regime de fluxo contínuo.

Brasília, 30 de dezembro de 2018.